

ATA DA 033ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o sr. deputado Luiz Fernando Vampiro, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNADO VAMPIRO - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, a todos os telespectadores das galerias, aqueles que nos assistem pela TVAL e que nos ouve pela Rádio Alesc pessoas, venho aqui hoje, num tremendo dia de angústia e de pesar pela cidade de Criciúma. A violência, ontem, voltou a ser pauta principal naquela cidade.

Numa tentativa de assalto, ontem, à noite, dois jovens tiraram a vida da Dra. Mirella Maccarini Peruchi, uma jovem de 34 anos que estava

voltado do trabalho com o seu marido, também médico, ambos trabalhavam no hospital São João Batista, na cidade de Criciúma, e tinham casado há pouco tempo com uma vida toda pela frente.

Ontem foi a Mirella, mas na semana retrasada foi a Vivian Lais Philippi, de 28 anos de idade, que voltava da cidade de Içara, onde foi entregar o currículo. Ela foi estuprada e morta por dois adolescentes, um deles com 18 anos.

Na quinta-feira foi o Tiago, que estava voltando de uma balada às 2 horas da manhã e foi assaltado. Levou quatro tiros na cabeça.

Isso, na verdade, realmente nos faz refletir bastante em relação à vida e sobre tudo que acontece. Toda a vez que isso vem à tona, que um menor comete um assassinato, deputado Fernando Coruja, dessa magnitude, ficamos chocados. Eu fui pai por apenas quatro meses, mas a minha esposa não se consertou ainda.

Imagino o que é um pai e uma mãe neste momento em que estavam obviamente felizes pela condição da sua filha, e hoje, enterrando-a, levando para outro patamar.

É até muito difícil resolver essa situação, e ontem, as duas primeiras ligações, quando saí daqui do evento do PMDB, foram da minha mãe e a da minha irmã, pedindo que fizesse alguma coisa. E aí fico impotente em relação a toda essa situação, não sei nem o que fazer, apenas solidarizar-me com as famílias, pois o debate não retorna mais nada, a vida das pessoas, mas é um caso que precisamos analisar com muito carinho! A sensação de insegurança paira efetivamente sobre nós, catarinenses e brasileiros.

Há uma situação muito complicada nessa linha. Eu sou da comissão de Direitos Humanos desta Casa e, na verdade, muito se começou a debater e eu já começo a ter interpretações dúbias em relação a algum tipo de legislação mais efetiva, mais forte, porque não pode efetivamente as pessoas de bem pagarem pelas pessoas de mal. Não dá mais!

(Passa a ler.)

“Em 2015, a Amrec - Associação dos Municípios da Região Carbonífera - registrou 33 homicídios.

Destes, 21 aconteceram na maior cidade do sul catarinense: Criciúma. Os dados foram divulgados na manhã desta terça-feira pelo Instituto Médico Legal - IML. O número de adolescentes envolvidos nestas ocorrências tem chamado a atenção da população e traz à tona a discussão sobre a demora na construção do Centro de Atendimento Socioeducativo - Case - na região."

Há três anos essa pauta de reivindicação para que os menores façam um trabalho socioeducativo veio à tona na cidade, e o prefeito, que dizia não querer esse tipo de trabalho na cidade de Criciúma, hoje, já quer. O presidente do bairro e vereadores dizem que não querem, mas agora já aceitam.

E aí começa mais uma discussão em relação ao que fazer, será que temos que perder vidas, perder Mirellas, Vivianes e Tiagos para que a situação se resolva?

Às vezes, falta um pouco mais de ação de políticos, creio eu, e incluo-me nisso, mas a parte burocrática permeia as ações efetivas do poder público municipal, estadual e federal.

Três anos para a instalação de um Case, que teria capacidade para 60 adolescentes, menores infratores; a Delegacia da Mulher, na cidade de Criciúma, está num local não adequado, uma casa alugada; o IGP, depois de quatro anos, fez uma licitação para que se locasse, na secretaria de Segurança Pública e assim tivéssemos uma Delegacia da Mulher adequada na cidade de Criciúma; o Casep está interditado pela Vigilância Sanitária, mas já foi levantado, também, segundo consta, este embargo.

Mas a maioria penal é importante ou não é importante? Essa discussão, da qual muitos estão fugindo, está querendo dizer que vamos levar mais cedo o adolescente às oficinas de criminalidade não é o que pega, hoje, no sul de Santa Catarina.

Em Criciúma, se você for perguntar, hoje, 105%, não 100% apenas da população, quer uma ação nesse sentido. O menor está preso na delegacia, a autoria foi detectada pelos policiais que, às vezes, não têm efetivo, mas tem efetivamente o

coração, e em menos de 30 minutos detectam o autor e já prendem. E o menor já está preso, o de 17. O maior, de 21, não foi ainda capturado, mas sobra uma herança muito triste para a família, muito triste.

Eu sei que aqui, obviamente, está também a educação, é importante tudo caminhar ao lado, uma escola em tempo integral, uma segurança de qualidade, ostensiva, mas quem mata pelo simples prazer deve pagar pelo que faz, independentemente da sua idade, da sua classe social. Temos que entender e conseguir desmistificar esta situação. A maioria penal, na minha concepção, tem que ser restrita a crimes hediondos: latrocínio, roubo seguido de morte, homicídio com dolo, com intenção, com a vontade de tirar a vida alheia, sem causa e sem nexos.

Por isso precisamos avançar nessa polêmica. É um trabalho que vai ser feito na assembleia, não na Assembleia Legislativa, na Câmara dos Deputados, mas precisamos estar atentos porque nenhum debate, nenhuma ação, neste momento, vai devolver o conforto e a paz dos familiares que perderam entes queridos.

O estado emocional de cada família foi abalado de tal forma que não há preço que pague esse prejuízo e nem preencha o vazio deixado por quem partiu. Desta vez foi a Mirella, amanhã, quem vai ser? Enquanto querem dar ao menor algumas opções, essa vítima recebeu a pena de morte.

Precisamos inverter os polos e agir em conjunto, ter uma ação mais intensa neste sentido e resgatar o número de policiais militares na região sul de Santa Catarina, e falo em Criciúma, que teve uma diminuição. Precisamos, efetivamente, trabalhar em conjunto, as pessoas do bem contra as pessoas do mal. Não podemos mais sermos vítimas das famílias de dependentes, onde os pais eram dependentes e os filhos continuam dependentes, sem qualquer tipo de situação nesse sentido.

Por isso, gostaria de acabar, efetivamente, a nossa fala, uma fala enlutada, com o *outdoor* da Loja Maçônica, que tem por toda Santa Catarina, mas, principalmente, no sul de Santa Catarina, que

diz o seguinte: "Quer um país melhor? Seja honesto, faça a sua parte." E é isso que pretendemos fazer, a nossa parte, com a cabeça erguida.

Um abraço a todos aqueles familiares que estão enlutados neste momento, e vamos agora construir uma carreira dentro da comissão de Direitos Humanos para que tenhamos uma tendência - e teremos uma audiência pública -, de que crimes hediondos, efetivamente, aqueles com intenção, com características de brutalidade, com pensamentos, não mais de jovens que estão desvirtuados, mas daqueles que estão já perdidos dentro da criminalidade, para tomar uma medida emergencial e que não percamos mais Vivianes e Mirellas por aí fora.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Conforme a manifestação do deputado Luiz Fernando Vampiro, essa Presidência também se solidariza com os familiares da vítima por esse crime bárbaro. Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Fernando Coruja, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. deputados, primeiro quero solidarizar-me com o deputado Fernando Vampiro, com os familiares de Mirella Maccarini Peruchi, pois realmente é uma situação dolorosa e difícil a morte violenta de uma pessoa, praticamente, no início da vida. Essa é uma tragédia de grandes proporções e muito difícil de aceitar e de recuperar.

Em relação à maioria penal eu tenho uma posição diferente. Essa é uma questão debatida no mundo como um todo, em alguns países, como nos Estados Unidos, em nove estados a maioria penal é menor que 18 anos, em outros têm uma justiça juvenil. Mas mesmo nesses países onde a maioria penal é menor do que 18 anos a tendência hoje é, na verdade, aumentar a maioria penal. Isso não tem haver com impunidade e nós não temos que confundir impunidade com inimizabilidade. Num momento de dor é mais difícil debater a questão,

mas acho que é nesse momento de dor que precisamos ter a tranquilidade para ver o que é melhor.

No Brasil houve um caso de um adolescente em São Paulo, chamado Champinha, que matou um casal de adolescentes, e nesta semana o pai da moça que morreu disse que é contrário à diminuição da maioridade penal. E quais são os argumentos para ser contra à diminuição da maioridade penal? Já que a maioridade penal não tem muito a ver com punição, porque você pode ter uma justiça juvenil e uma punição mesmo que a pessoa seja menor. A maioridade penal é você levar o sujeito para um presídio comum. E há muitos argumentos que favorecem a tese de que não é diminuindo a maioridade penal que vamos solucionar os problemas. Por mais que sejam alarmantes, as estatísticas e os fatos demonstram que dos crimes violentos apenas 1% são cometidos no Brasil por menores de 18 anos.

O que isso vai produzir quando você muda? Você transformar o sujeito com menos de 18 anos, pode ser com 16, 14 anos, num criminoso, e encaminhar ele para uma situação comum. E nós sabemos que hoje no Brasil estatisticamente 70% daqueles que vão para o presídio voltam a cometer delitos, muitas vezes até de maior gravidade, porque os presídios brasileiros abarrotados de gente acabam servindo como universidades do próprio crime.

A maioridade penal ela está colocada na Constituição Brasileira e muitas argumentações contra a mudança envolve, inclusive, a questão de constitucionalidade. Eu acho que o argumento mais forte para não mudar diz respeito a um princípio, que se chama, na Alemanha, Princípio da Proporcionalidade; nos Estados Unidos, da Razoabilidade, que está implícito na nossa Constituição, no art. 5º, inciso LIV, no chamado devido processo legal, que diz que qualquer mudança na lei tem que ser razoável e proporcional e, para isso, tem que obedecer três critérios. O primeiro deles é que deve ser uma medida necessária. Quer dizer, você pode discutir sobre a necessidade de diminuir a maioridade penal ou se

há outros mecanismos para coibir essa violência. E aí nós podemos fazer uma lista de mecanismos que poderemos utilizar. É claro que você não pode apenas cair num lugar vazio e dizer que tem que investir em educação, segurança e tal, que é importante, necessário, evidentemente, mas são medidas, às vezes, a médio e longo prazo. Mas, é necessário ou há outras medidas que passam pelo fortalecimento da segurança e outras medidas para coibir a violência?

A outra questão é se é adequado, porque há coisas não são adequadas. Você não pode pegar, de repente, e querer num intuito de solucionar um problema, diminuir a maioria penal sem saber se isso vai diminuir a violência. Dá uma impressão de que em curto prazo vai diminuir, mas é preciso observar o que aconteceu em outros lugares, racionalmente. Nos lugares onde diminuíram a maioria penal a violência diminuiu? Nos lugares onde diminuíram a maioria penal melhorou a segurança? Os dados mostram que não. Então, de repente, não é adequado.

A terceira questão é o que se chama de proporcionalidade em sentido estrito. Quais são os efeitos colaterais de diminuir a maioria penal? Quando pensamos no outro, podemos pensar: Bom, o Champinha, lá em São Paulo, vai ser preso! Sim, mas, de repente, uma série de adolescentes entre 16 e 18 anos, que hoje não cometem crimes, mas de repente se envolvem com drogas e serão penalizados. Às vezes, o mesmo cidadão, que quer que o fulano seja penalizado, não quer que o filho dele, que estava lá com alguma droga, em algum lugar, seja penalizado. Porque por consequência da nova lei, não será apenas um que vai para a prisão, só o assassino, ao diminuir a maioria penal você vai levar todos, principalmente na questão de drogas, para essa situação. E muitos que às vezes têm problemas em casa, na família, vão perceber que os filhos deles vão estar envolvidos nessa questão.

O remédio serve para a cura, mas quais são as consequências, quais são os efeitos colaterais? Quais são as outras doenças que ele provoca?

Então, não basta você fazer uma modificação sem perceber quais são as consequências, os efeitos colaterais provocados pela alteração da medida. Então, esses dados precisam ser analisados. E quando se analisa a necessidade, a adequação e a proporcionalidade em sentido estrito, você percebe que a mudança não vai proporcionar aquilo que todos desejam: a diminuição da violência e um sistema mais seguro. Mas qual é o mecanismo para isso? Vamos na contramão do que a história tem mostrado? Pois sabemos que estados conservadores, nos Estados Unidos, como o Texas, que é um dos nove onde a maioria penal é menor que 18 anos, querem mudar, querem ampliar para 18.

Na maioria dos países do mundo a maioria penal é 18 anos. Na América do Sul são 18 anos. Então, quando a população diz que é a favor da diminuição da maioria penal - e 85% da população é - ela está querendo dizer que não quer a violência e quer mais segurança. Ela não quer que os adolescentes matem, mas é preciso perguntar se ao diminuir a maioria penal vai aumentar a segurança? Vai diminuir a violência? Os adolescentes vão deixar de matar? São outras perguntas. E dependendo da pergunta que se faz, conduz-se para uma resposta única.

Eu estava vendo uma discussão das ciclovias na cidade de São Paulo. O cara perguntou: "Alguém é contrário às ciclovias?" Não. Claro! Todos são a favor das ciclovias. Mas alguém pode perguntar: mas a ciclovia será feita aonde? Claro! Alguém é contrário à reforma política? Não. Todos são a favor. Quando você fala em reforma todos são a favor, agora é preciso saber que reforma vai ser feita e quais são as consequências da reforma.

Então, mais uma vez, somos solidários ao discurso emocionado do deputado Luiz Fernando Vampiro. Não sei se é o momento para fazermos mudanças. Talvez uma alternativa seja essa de selecionar apenas as situações muito específicas de crimes muito violentos para termos uma pena alternativa que seja apregoada a quem tem menos de 18 anos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Infelizmente estamos convivendo em Santa Catarina com este tipo de tragédia. Também corroboro com as manifestações do eminente deputado Fernando Coruja.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, professores que nos acompanham pelos meios de comunicação, os professores.

(Palmas das galerias)

Estava ouvindo os dois pronunciamentos anteriores a esse, dos deputados Fernando Coruja e Luiz Fernando Coruja, que se referiram a essa tentativa de assalto ocorrido nesta noite, em Criciúma, que culminou com a morte de uma médica que envolveu um adolescente, é um momento em que Santa Catarina inteira, todo o Brasil, discutem a maioria penal.

Também quero colocar que esse fato deve levar a sociedade como um todo, os governos, no sentido de vermos o que estamos fazendo, o que o governo do estado, o governo municipal, está fazendo para dar suporte, para apoiar todas as boas iniciativas que já temos na família.

Nenhuma família quer seja um menino ou uma menina que desrespeite a lei. Acredito que todas as mães, independentemente da sua formação, conduzem o seu filho para a boa postura social. Ocorre que muitas famílias não conseguem fazer isso sozinho justamente pela ausência que tem o governo nesse suporte.

Na semana passada, calculando o meu Imposto de Renda, perguntei ao contador: Escuta, para ajudar o FIA - o Fundo da Infância e Adolescente - como é que eu faço? Respondeu ele: "Primeiramente só pode destinar recursos para o FIA aquele que fizer o seu Imposto de Renda completo, não pode ser aquele resumido; não pode ser aquele que paga parcelado, tem que pagar à vista e uma fração até 3% do imposto devido, pode depositar no FIA. Só que só pode depositar se pagar à vista imposto devido,

aquilo que faltar, afinal; e ainda esse imposto, esse recurso, não pode ser depositado no FIA municipal. Nesse caso, deputado Luiz Fernando Vampiro, o senhor lá em Criciúma não pode depositar para o FIA daquela cidade; se eu estiver em Brusque também não posso depositar naquela cidade; nem o deputado Antônio Aguiar pode depositar no FIA de Canoinhas, só pode depositar no Fundo para a Infância e Adolescência do estado de Santa Catarina e, no máximo, 3%, e ainda se fizer o pagamento à vista da restituição do Imposto de Renda. O detalhe é o seguinte: os investimentos para a área da criança e do adolescente são muito difíceis.

E tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que, se aprovado, determina que 5% de toda a arrecadação nacional seja destinada para ações sociais, não apenas para as crianças, mas também para os idosos, para as mulheres que sofrem violência e para as crianças e adolescentes. Seria uma forma de investir nessa área. Mas esse projeto está sendo bancado pelo Poder Executivo para não ser aprovado, porque se for aprovado, 5% da arrecadação de recursos serão destinados para essa área, assim como existe um exército no Poder Executivo impedindo que seja votado o percentual de 10% para a área da Saúde. E isto não é um mal apenas desse governo, isso é um mal crônico, o Brasil já tem mais de 500 anos e não foram mudados esses percentuais.

Então, neste momento em que estamos discutindo a maioria penal, também é o momento de discutir fazer uma reflexão sobre o que a sociedade está, de fato, fazendo para garantir e dar suporte as nossas famílias para que elas possam educar melhor os seus filhos.

Vamos lembrar um pouquinho as atuais cidades do nosso país, que são hoje compostas de ruas, de casas, de estradas, e mais nada. Não existem próximo às cidades, aos bairros, áreas sociais, centros sociais para entreter as crianças e os adolescentes.

Existe um estudo que diz que para cada comunidade aproximadamente com quatro ou cinco mil

habitantes, no máximo, teríamos que ter uma quadra de esporte, um centro de convivência, contratar professores em cada turno para ficarem com as crianças, também com os idosos, com mulheres que façam alguma atividade, como bordado, com pessoas que estão em casa em turno inverso ao trabalho e que gostariam de fazer outras atividades e conviver com outras pessoas; e as crianças em turno inverso ao da escola, para não ficarem em casa vendo enlatados da televisão, poderiam ficar em centros de convivência participar de atividades com os professores, pessoas com responsabilidade que ficariam cuidando, entretendo, promovendo atividades como campeonatos, fazendo disputas entre si, enfim, fazendo algo que desperte a criatividade, que envolva a criança e o adolescente e que venha a complementar a educação que os pais, com muito esforço, dá em casa, mas, infelizmente, muitas vezes, não conseguem ficar muito junto com seus filhos, porque precisam trabalhar pela própria estrutura social de hoje. O pai e a mãe trabalham e a criança onde fica? Se ficar em casa fica vendo televisão; se sair de casa, vai para a rua.

Agora deem graças a Deus que a maior parte das ruas, ao invés de serem calçadas com paralelepípedos são calçadas com asfalto, e dá até para jogar uma partidinha de futebol. Mas, é ali na rua.

Por isso, não quero sair em defesa de nenhum menor, mas é necessário que se faça uma profunda reflexão. Precisamos aprender a investir na área social, na aera da infância e da adolescência que, infelizmente, está difícil. E só se consegue fazer alguma coisa com muito esforço. Estamos vendo os fundos da infância e adolescência que em princípio o governo não deixa colocar dinheiro nesta área. Agora, quem conseguir ultrapassar as diversas dificuldades, os obstáculos que são colocadas ai chega um pequeno volume de recursos.

Santa Catarina poderia aplicar mais de R\$ 70 milhões a R\$ 80 milhões por ano. E, na verdade, não chegam nem R\$ 2 milhões e nem R\$ 3 milhões,

justamente por todas essas dificuldades interpostas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Leonel Pavan, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero saudar todos os professores que estão aqui numa luta incansável e justa. Estamos esperando que a resposta do governo do estado seja a melhor possível para que todos possam voltar ao seu trabalho com tranquilidade.

Quero saudar também o Sindipetro e o Sinte e dizer que aprovamos, na semana passada, a realização de uma audiência pública, juntamente com a Câmara de Vereadores de Itajaí e entidades, para que pudéssemos discutir a questão da UO-Sul, em Itajaí.

O presidente Gelson Merisio prontamente colocou toda a Casa à disposição, com toda assessoria, com os funcionários desta Casa, e quero já agradecer a todos que nos acompanharam nesta audiência de ontem. Mas quero dizer que a Câmara de Vereadores de Itajaí ficou lotada, o público compareceu em grande número para acompanhar a audiência pública em defesa da permanência da Unidade Sul da Petrobras em Itajaí.

Contamos com a presença de um número significativo de deputados que representaram os demais, porque os que não conseguiram ir foram os que tiveram compromissos em outras regiões discutindo temas também de relevância e importância para Santa Catarina. Estiveram presentes o presidente Gelson Merisio, os deputados Rodrigo Minotto, Valdir Cobalchini, Ismael dos Santos, Jean Kuhlmann, Kennedy Nunes, Silvio Dreveck, Mario Marcondes e Dr. Vicente Caropreso.

Todos esses parlamentares, com certeza, foram a extensão dos demais, porque todos querem que esta unidade permaneça em Itajaí.

A audiência também contou com a presença, tamanha a importância do evento, de vários prefeitos da região da Amfrel e de outras cidades de Santa Catarina que, no mínimo, enviaram os seus representantes. Dezenas de vereadores de diversas cidades lá estiveram levando o apoio à Câmara Municipal de Itajaí, ao presidente Luiz Carlos Pissetti, que juntamente conosco fez a mobilização. E quero aqui publicamente agradecer a Câmara de Vereadores de Itajaí e ao presidente Luiz Carlos Pissetti, por essa grande parceria em defesa de um direito adquirido de Santa Catarina e de Itajaí, que é a unidade Sul de Petróleo daquela cidade.

(Manifestações das galerias)

O prefeito Jandir Bellini mostrou a sua indignação, assim como a classe empresarial e os trabalhadores. Nós ouvimos as explicações da Petrobrás, aquilo que já sabíamos. O sr. Osvaldo Kawakami deu as suas explicações, mas elas não nos convenceram, tanto é que amanhã temos confirmado uma audiência com o governador do estado, com o prefeito Jandir Bellini, que está angustiado com essa decisão da Petrobrás; também com o vereador e presidente Luiz Carlos Pissetti, com o setor empresarial, para que possamos todos juntos mostrar que essa unidade, uma das mais importantes do Brasil, e esse *status* que nós conseguimos obter, não pode ser de repente levado embora apenas por uma decisão política.

Fico, sr. presidente, imaginando aqueles que estão no fio da navalha, porque muitos funcionários vão embora se permanecer essa decisão truculenta da Petrobrás. Esses que estão indo embora, que já se habituaram à cultura da região, que tem filhos estudando, que adquiriram imóveis, criaram um vínculo com a sociedade trabalhando numa das unidades que mais produz para o Brasil, de repente, foram pegos de surpresa por uma decisão sem ter uma discussão prévia nem com os

funcionários nem com a sociedade nem com o prefeito e nem mesmo com o Parlamento.

Essa decisão não poderá prevalecer. Hoje o deputado federal Décio Lima esteve com o presidente da Petrobrás e, certamente, na quinta-feira, estaremos com ele. Se o governador não puder ir vamos levar a sua mensagem, porque nós não podemos pagar um preço daquilo que nós não devemos. É questão de economia! Existem outros caminhos para economizar que aqui não quero levantar neste momento. Existem outros mecanismos que podem fazer com que a Petrobrás volte a ser orgulho de todos nós brasileiros. Existem outros mecanismos, e não escolher acabar com a unidade de Itajaí para mostrar uma atitude, para mostrar um serviço que eles entendem ser o melhor para a empresa.

Ora, temos, sr. presidente, outras unidades no Brasil, que não produzem como esta, que não dão lucro como esta, inclusive, muitas vezes, poderia ser debatido se deveria ser mantida ou não, mas não podem escolher acabar, como boi de piranha, com a unidade de Itajaí, apenas como um caminho para resgatar credibilidade ou buscar melhorar a economia ou diminuir gastos é desastroso para nós, podemos dizer até, falácia e mentiras que estão empurrando para a sociedade de Santa Catarina.

Falava o governador há pouco que o *status* que a empresa dá, que os funcionários estão dando a Santa Catarina, dificilmente vamos recuperar no futuro, porque, até fiz uma brincadeira ontem e disse: Ah, vai ficar o escritório! Nós já lutamos muito para que esse escritório aqui ficasse. Eu me recordo muito bem quando a senadora Ideli Salvatti, o deputado Décio Lima, a bancada federal e nós lutamos tanto para que esse escritório permanecesse em Itajaí. Se tirarem agora a unidade, é como se levasse o corpo e deixasse apenas o rabo. Isso é um perigo! Depois num outro gesto poderemos ficar totalmente depenados e desassistidos.

Quero aqui pedir, amigos, srs. deputados, para que todos nós permaneçamos firmes e de olho, porque poderemos ser pegos de surpresa com outras

atitudes do governo federal. Estamos lutamos pela unidade sul, não apenas pelos funcionários, mas por Santa Catarina, pelo Brasil. Esta dá lucro!

(Palmas das galerias)

(O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?)

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Pois não!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - É pertinente. Em nome da bancada do PMDB, nós queremos manifestar a nossa solidariedade a esta importante ação de Santa Catarina, especialmente na cidade de Itajaí, e comungar dos anseios da comunidade de Santa Catarina em resgatar essa importante unidade da Petrobras.

Estamos de pleno acordo a nossa luta, deputado Leonel Pavan.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Eu queria dizer que nós mantivemos contato com o deputado Mauro Mariani, que é o presidente do Fórum Parlamentar, com o próprio senador Luiz Henrique da Silveira, e me parece que o Fórum de Santa Catarina também já está reivindicando uma reunião com a Petrobras.

Temos que nos unir, as forças precisam ser triplicadas. Isso não tem cor partidária. A cor é em defesa dos nossos direitos.

Obrigado.

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Obrigado, deputado Leonel Pavan, pelo seu vibrante pronunciamento. Com as forças vivas de Santa Catarina temos para lutar em favor da permanência da Petrobras aqui no estado, exatamente pelo que representa essa empresa para Santa Catarina e para o Brasil.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Dalmo Claro, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Boa-tarde! Sr. presidente, srs. deputados, plenário, quero, em primeiro lugar, fazer um registro do evento que

tivemos ontem, aqui na Assembleia Legislativa, comemorativo aos 49 anos do PMDB.

Um evento muito bem organizado, concorridíssimo e de justas homenagens a pessoas que nos quatro cantos do estado de Santa Catarina contribuíram para o crescimento e para a evolução política da nossa sociedade, não apenas no nosso partido, mas de modo geral, para a política catarinense, para o desenvolvimento do estado com justo reconhecimento ao segmento, a pessoas que têm uma longa história de serviços prestados a Santa Catarina.

Então, uma homenagem justa a muitas pessoas, prestada pelos deputados do PMDB, e um encontro de confraternização também justo para um partido que há 49 anos tem uma atuação ininterrupta aqui no Brasil e no estado de Santa Catarina.

Mas quero, hoje, falar um pouco sobre a questão hospitalar de Santa Catarina, que é uma questão do Brasil. Pode ser um pouco reincidente e repetitivo falarmos nisso, mas há essa necessidade, até para que tenhamos uma visão, não apenas de momento ou de curto prazo, mas de longo prazo.

Nós vivemos uma situação na Saúde em que há necessidade de investimento e de aplicação de recursos no custeio da Saúde. Há um crescimento muito superior à inflação, à arrecadação de tributos do estado, seja da União, estados ou municípios, e esse crescimento tem levado a um comprometimento cada vez maior, deputado Rodrigo Minotto, dos recursos dos municípios, como por exemplo, dos estados, na questão da saúde, comprometendo a capacidade de investimento.

O mínimo necessário, o mínimo de obrigação constitucional de aplicação na Saúde por parte dos municípios, é de 15%, e esse percentual vem sendo amplamente superado. A média, em Santa Catarina, de aplicação em Saúde está em torno de 23% a 24% do seu Orçamento.

Há municípios ultrapassando largamente os 30%. Joinville aplicou, no ano passado, 37% do seu Orçamento na Saúde. Isso compromete em muito a capacidade do município em investir em outras

áreas necessárias, como em infraestrutura, e na própria área da Saúde, sob o aspecto de equipamentos, de construções, de postos de saúde, de ampliação de hospital e outros.

E nós acreditamos que há uma baixa participação do governo federal na destinação de recursos para a Saúde, e isso está muito claro, por exemplo, na defasagem, deputado Antônio Aguiar, que é colega médico e sabe dessa situação, da tabela do SUS, em que procedimentos cirúrgicos, por exemplo, importantíssimos, como uma apendicectomia, são remunerados ainda, 20 anos depois, a um valor de R\$ 420,00; um parto, R\$ 370,00; uma cesariana, R\$ 430,00 ou R\$ 450,00, e assim por diante. E isso tem sucateado os nossos hospitais.

Então compreendemos que os estados e os municípios estejam sobrecarregados com o custeio da Saúde, porque estão muito mais próximos do cidadão e sentem essa necessidade, têm a premência de resolver as questões de saúde dos seus municípios e dos seus estados.

E gostaríamos muito que tivéssemos, talvez dentro de uma rediscussão do Pacto Federativo, uma maior destinação de recursos, de tributos, aos municípios, aos estados, para que eles pudessem aplicar de maneira mais adequada na saúde o que é necessário.

A população necessita de mais atendimento, de mais recursos, há a necessidade de novos exames, de novos equipamentos, e temos sentido essa necessidade de uma maneira muito importante.

E eu quero falar aqui da questão, é uma parte deste segmento, mas talvez a que a população mais esteja sentindo, que é a falta de procedimentos adequados, a oferta de procedimentos na média e alta complexidade, seja hospitalar, ambulatorial, no aspecto diagnóstico e terapêutico.

Nós temos que pensar, deputado Mauro de Nadal, e planejar a questão hospitalar de Santa Catarina para os próximos 10, 20, 30 anos. Um hospital público, entre o seu planejamento, a confecção de um projeto, um projeto executivo de engenharia, a construção e a instalação, leva, no mínimo, dez

anos. Então, tudo que queiramos fazer sob este aspecto, temos que começar a pensar agora, já há necessidade agora, o que diremos daqui a dez anos, num estado que continua crescendo como Santa Catarina, com a população vivendo cada vez mais, e tendo mais necessidades na área da Saúde.

E eu me refiro, especificamente, de um projeto importantíssimo, não só para Santa Catarina, mas principalmente para a Grande Florianópolis, que é a questão da Maternidade Carmela Dutra, que é uma maternidade que já tem mais de 60 anos, que está com as suas instalações defasadas, acanhadas, pequenas, para a demanda que tem a capital e a Grande Florianópolis.

Esta maternidade necessita, e já existe até projeto para a sua ampliação, reforma de boa parte do que hoje ali existe, a ampliação para a sua construção. Existe um projeto já preparado e reformulado, adequado às novas normas da Vigilância Sanitária do ministério da Saúde, agora, nos últimos anos, e nós queremos levantar essa questão, porque sabemos que o estado hoje tem dificuldade de investir, mas ao mesmo tempo tem que pensar. A Maternidade Carmela Dutra é um hospital de propriedade, de gestão do estado e necessita de um aprimoramento, de uma reforma e de uma ampliação para melhor atender a população da Grande Florianópolis e se preparando, inclusive, para os anos futuros.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Quero parabenizá-lo pela sua fala, justamente num tema muito sensível para o brasileiro, que é a questão da saúde. Nós acompanhamos durante o ano de 2011 e 2012 a realidade que vivem os administradores dos hospitais do estado de Santa Catarina, principalmente os filantrópicos, hospital de pequenos municípios. E para a nossa curiosidade, imaginávamos que o problema desses hospitais era falta de gestão, mas chegamos à conclusão de que menos de 5% é problema de gestão, o restante é falta de recursos. Nós não podemos servir uma

saúde de qualidade ao povo brasileiro, ao tempo em que saúde não é prioridade em projeto de governo.

Então, a União, o Brasil, precisa despertar para esse tema, que não envolve a dor e o sentimento só de catarinenses, mas de todo o país, porque você investir, com recursos da União, menos de 4% em Saúde por ano não significa nada, enquanto que municípios ultrapassam a casa dos 20% do seu Orçamento e o estado, além dos 12,5% do Orçamento, em Saúde. Então, o governo federal precisa priorizar a saúde e investir mais em Saúde, porque a partir daí, sim, nós vamos dar condições para que os profissionais possam fazer um trabalho digno, tendo em vista que uma consulta, paga pelo SUS, a um médico, fica em torno de R\$ 9,90, e um dia de internação R\$ 13,00. Como é que você vai arcar com todas as despesas, as responsabilidades que um hospital tem, recebendo por dia de internação R\$ 13,00 pelo SUS, tabela de 1997? Esse é o grande gargalo que nós temos que enfrentar. E aí precisa ter uma sensibilidade muito forte do governo central brasileiro.

Parabéns pela fala, o tema é de extrema importância.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentar o eminente deputado Dalmo de Oliveira e dizer que o tema é muito importante. Estamos vivendo um momento muito difícil na área da Saúde, sendo que o município tem que arcar com 15%, o estado com 12%, a União, pela Constituição era 10%, mas arca com 4%. Quer dizer, não há como os pequenos hospitais sobreviverem! Por isso, vemos pessoas morrendo nas filas já que o SUS não corrige as diárias, não corrige a alimentação, não corrige absolutamente nada. Você que é médico, que trabalhou na secretaria da Saúde, sabe o problema de Santa Catarina. Os pequenos hospitais sobrevivem com o convênio que nós fizemos com o governo e com a cota particular dos deputados.

Então, quero cumprimentar v.exa., o tema é muito importante e dizer que esse é o caminho.

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Quero aqui fazer referência de que em 2011 era plano em projetos do ministério da Saúde considerar que os hospitais com menos de 100 leitos não poderiam ser considerados como hospitais e deveriam ser fechados. Coisa que nós, juntamente com outros secretários de estado, defendemos que não ocorresse. E eles contemporizaram para que então tivessem, pelo menos, 50 leitos, mas os deputados, colegas médicos, sabem que um hospital de pequeno e médio porte, com 50, 60, 70 leitos, são importantíssimos em várias regiões de Santa Catarina, e não podemos ficar sem eles sob pena da população não receber atendimento.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. que foi secretário de estado e marcou muito a sua ação e a suas transformações dentro da secretaria da Saúde, naturalmente também teve uma limitação por força da lei, por força da estrutura do SUS. E uma dos limites que v.exa tentou suplantar foi justamente a questão da correção da tabela do SUS, que está lá deste 1996, até agora não mudou nada. V.Exa. implantou o Programa Mutirão, que seria uma forma do governo do estado suplementar aqueles valores pagos pelo SUS, com isso, provocando uma motivação maior por parte dos hospitais e dos médicos de atenderem uma demanda reprimida. O que vem ocorrendo.

O que me chama a atenção e, certamente, esse é um assunto de mais longo, mas que temos que refletir, é o seguinte: por que as cidades que têm gestão plena, como Itajaí, Blumenau, São Bento do Sul, Brusque, não autorizam cirurgias pelo mutirão ou fogem do mutirão? Eu sei que as cirurgias pelo mutirão são extratetos e por isso não contabilizariam daqueles números deles. Por que então que a maioria das cidades com gestão plena há uma tendência de não autorizar cirurgias como mutirão, como, por exemplo, a minha cidade,

Brusque, administrada pelo PT, até alguns dias atrás?

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Eu apenas quero lembrar outro aspecto, além da questão hospitalar, que esse era um projeto do governo há quatro anos que, infelizmente, não tem andado na velocidade ou me parece que até está parado em alguns lugares, que é o projeto das policlínicas, que poderiam centralizar em algumas regiões, pois sabemos da complexidade de alguns exames, do treinamento de alguns profissionais médicos, que tem que estar em alguns centros, não se consegue ter espalhado em todas as unidades das pequenas cidades.

Então, há necessidade de retomarmos ao projeto das policlínicas, que é muito importante para o estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Pois não!

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Quero cumprimentar v.exa. pelo seu pronunciamento e se repetindo aqui Nelson Rodrigues, que dizia que o que seria dele sem as suas repetições, v.exa. falou que se repete, mas temos que nos repetir exatamente porque o problema permanece.

E os problemas da Saúde e Educação, que devem ser as prioridades de um país que quer se desenvolver, tem que administrar bem esse setor, mas tem que investir recursos, que faltam nessa área.

(Manifestações das galerias)

Nós estamos apresentando uma emenda constitucional, subscrita por v.exa. também, para ampliar para 15% a aplicação na Saúde Do estado.

Então, a área social precisa de um investimento muito forte, o Brasil precisa passar por um momento dessa natureza para que possamos avançar.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Muito obrigado, deputado Fernando Coruja, concordo com v.exa. que hoje a necessidade dos governos é muito mais de

investimento nas áreas sociais do que propriamente em obras estruturantes. Então, realmente, as áreas da Saúde, Educação e Saneamento Básico devem merecer uma atenção especial dos governos.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte.

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Pois não!

(Manifestação das galerias)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de agradecer a v.exa., que é representante de Joinville.

(Manifestações das galerias)

Obrigado! Queria parabenizá-lo pela apresentação desse problema da saúde, que é importante para todos os catarinenses, e dizer que v.exa., que foi secretário da Saúde, entende muito bem as razões pelas quais essa área necessita de verbas aqui requeridas.

Parabéns pelo tema, deputado Dalmo Claro!

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar!

Eu quero, para concluir, dizer que concordo com a plateia: Saúde e Educação, temos que lutar para melhorar cada vez mais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até 13 minutos.

(Manifestações das galerias)

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, podemos, aqui, democraticamente, colocar a nossa posição.

(Manifestações das galerias.)

O SR. PERSIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Srs. professores, assim como vocês estão lutando, e queremos também que vocês garantam os seus direitos, mas se o deputado não puder usar a palavra, teremos que encerrar a sessão.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, a minha primeira saudação é aos nossos professores.

(Manifestações das galerias)

Quero saudar aos professores que se fazem presente em grande número, há muito dias, no Parlamento Catarinense.

Esta é a Casa do Povo e aqui temos que debater, é aqui que temos que divergir, que temos que buscar alternativas que possam ser boas para os servidores públicos de Santa Catarina e para a nossa comunidade.

E quero dizer a vocês, professores, que só tem um caminho para construirmos avanços e vamos construir, porque vocês têm o direito de reivindicar melhoria. É natural do ser humano, deputado Manoel Mota, sempre querer mais.

(Manifestações das galerias)

É natural do ser humano sempre querer avançar e por isso entendemos que, com o apoio do Parlamento Catarinense, o governador Raimundo Colombo recuou na medida provisória.

(Manifestações das galerias)

O governador Raimundo Colombo recuou na medida provisória e isso significou um avanço e uma vitória da categoria.

Agora, neste momento, precisamos dialogar, respeitar os professores e construir um projeto que possa ser bom para a categoria e para Santa Catarina. Esse é o nosso caminho, mas não vamos construir esse projeto com baixaria. Vamos construir com diálogo, não vamos construir com agressões.

Professores e professoras, vamos construir com diálogo, vamos construir com educação.

Vamos construir este projeto com debate, com democracia, não com berros e com agressões. Com agressão no Parlamento Catarinense nós não vamos adiante.

Agora quero me dirigir aos servidores do Judiciário, que têm o nosso apoio.

(Manifestações das galerias)

Vamos ajudar, queremos ajudar.

E, também, presidente, deputado Leonel Pavan, quero me dirigir à comunidade de Itajaí que luta pela manutenção do escritório da Petrobras, com razão, pois esse pleito tem o nosso apoio, tem a nossa simpatia. E o Parlamento catarinense não poderia deixar de estar ao lado do pleito da comunidade de Itajaí.

Quero, portanto, dizer que aqui nesta Casa é a Casa do debate, é a Casa da ponderação, é a Casa das divergências, mas não temos que saber discutir, debater, para que possamos avançar.

Sr. presidente, quero também poder falar que, na semana passada, instalamos, aqui na Assembleia, a Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, novamente este ano, cujo vice-presidente é o deputado Cleiton Salvaro, do sul do estado.

Sabemos que as micro e pequenas empresas seguram a economia de Santa Catarina, elas são responsáveis por 23% do PIB do Brasil, são responsáveis por 60% dos empregos do nosso país e nós vivemos num estado do associativismo, deputado João Amin, somos o estado do empreendedorismo.

Estava presente também o diretor da SDS, das Micro e Pequenas Empresas, nós queremos transformar essa diretoria futuramente numa secretaria das Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina.

Portanto, estou esperançoso com o trabalho da Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas do Parlamento Catarinense. Ouço com satisfação o deputado João Amin, que preside a comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

O Sr. Deputado João Amin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado João Amin - Gostaria deputado Darci de Matos, de parabenizá-lo por estabelecer nesta Casa a Frente Parlamentar, que semana passada estava muito prestigiada, e contou com a presença do ex-deputado Udo Wagner, e dizer que com v.exa. na Presidência, juntamente com o deputado Cleiton Salvaro como vice-presidente, há um trabalho muito importante nesse sentido para

fazer na Assembleia Legislativa, porque tem que estar presente nessas discussões.

E quero adiantar que já fiz o pedido, mesmo que informal ao presidente da CCJ, comissão de Constituição e Justiça, após a nossa conversa e, com certeza, na hora que o projeto de regulamentação chegar a esta Casa o deputado Mauro de Nadal vai olhar com carinho o pedido que o parceiro dele, da comissão de Constituição e Justiça, fez. Muito obrigado, e parabéns por iniciar essa discussão.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado João Amin. Eu para concluir, vou dizer que temos duas grandes bandeiras no que diz respeito as Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina, deputado Neodi Saretta: a primeira diz respeito à regulamentação da Lei Geral da Micro Empresa; e a segunda, a ampliação do Programa Juro Zero, que é um programa excepcional para Santa Catarina, mas ele neste momento, deputado Manoel Mota, está atendendo aos empreendedores individuais, mas queremos, através do Badesc e do BRDE, ampliar esse programa para que as Micro e Pequenas Empresas do Estado possam também ter acesso ao Juro Zero, que é uma forma de o governo incentivar, fomentar o crescimento da economia catarinense.

Encerro, portanto, sr. presidente, as minhas palavras, saudando e agradecendo aos servidores públicos de Santa Catarina, que são dedicados e comprometidos, e que se fazem presentes nesta sessão de hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Muito obrigado, eminente deputado Darci de Matos, que trouxe um tema importante para debate nesta Casa. É evidente que temos que legislar sobre todas as matérias pertinentes ao estado de Santa Catarina.

(Manifestações das galerias)

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, professores que se fazem presentes nesta Casa Legislativa, mulheres que se fazem presentes. Espero, srs. deputados, que na tarde de hoje este plenário esteja lotado de parlamentares para apreciarem temas importantes que precisamos decidir nesta Casa.

Eu quero, sr. presidente, fazer um apelo ao governador do estado de Santa Catarina e ao secretário de estado da Educação para que sejam sensíveis às reivindicações do Magistério, que está há mais de 30 dias em greve.

(Manifestações das galerias.)

E neste momento, acho que acabam de sair do Centro Administrativo, para exigir a abertura efetiva das negociações e estão trazendo esses documentos para esta Casa para que sejam incorporados à luta para pedir a abertura das negociações como o governo do estado.

(Manifestações das galerias)

Existe a possibilidade real de acordo com os professores que possibilite a segurança das mudanças nas propostas do plano de carreira e garanta o fim da greve. Essa luta não é de agora, é de muito tempo, desde quando foi para efetivar a incorporação do piso nacional do Magistério tinha que ser feito na carreira. Então, o erro já é de longa data, e sabemos disso. Esta Casa sabe disso!

(Manifestações das galerias)

Srs. deputados, esta greve tem que ser assimilada por todos nós e encarada como uma prioridade do governo do estado, porque sempre digo que é muito mais fácil estar em uma sala de aula do que fazer greve. É muito mais fácil e mais cômodo! A greve é cansativa!

(Manifestações das galerias)

Esta luta é de longa data, não é de ontem, não é de hoje, é uma luta antiga do Magistério catarinense.

Então, podem ter certeza de que a bancada do Partido dos Trabalhadores é sensível, sempre

apoiou, sempre discutiu e sempre disse que o piso nacional do Magistério era para ser colocado na carreira.

Apesar do entendimento de vários parlamentares desta Casa de que a Medida Provisória n. 198 não estava de acordo, graças a Deus entenderam esse processo. Mas temos que entender também que o projeto de lei que vem para esta Casa não satisfaz a real necessidade do Magistério Catarinense. Por isso, temos que abrir a negociação com o governo do estado. Este é o nosso posicionamento.

(Manifestações das galerias)

Sr. presidente, quero registrar nosso apoio aos petroleiros de Santa Catarina que também estão nesta Casa fazendo uma justa reivindicação.

Srs. deputados, não posso deixar de informar que desde o ano de 2002, Fernando Henrique Cardoso queria fechar o escritório. Naquela época, já incorporávamos essa luta. Novamente está em tema este debate. Não pensem, por ser do PT, que não estamos ao lado de vocês para garantir a permanência da Petrobras em Santa Catarina, através da Unidade de Exploração e Produção - UO-Sul - instalada em Itajaí.

(Passa a ler.)

"A unidade de Itajaí é a de melhor custo-benefício, com uma média de R\$ 58 milhões ao ano por funcionário, e também a 5ª melhor posicionada em produção no país, empatada ou à frente de unidades como Amazonas, Sergipe-Alagoas, Rio Grande do Norte-Ceará e Bahia.

O governador Raimundo Colombo (PSD) vai liderar uma comitiva que segue na quinta-feira para o Rio de Janeiro para tratar do fechamento da Unidade de Exploração e Produção Sul (UO-Sul) em Itajaí.

A bancada do PT fará contato com o gabinete do governador para incluir representantes dos petroleiros nesta comitiva. Estamos à disposição e ao lado de vocês.

Registro também, sr. presidente, que neste momento, o coordenador do fórum parlamentar catarinense, deputado Mauro Mariani e o deputado federal Décio Lima, estão reunidos em Brasília com

o presidente da Petrobras, sr. Aldemir Bendine, tratando deste tema e levando ao mesmo as reivindicações da permanência da unidade de operação em Santa Catarina.”

De repente até o fim da tarde de hoje já tenhamos sinalizado algum procedimento para garantir essa unidade em Itajaí, que conta, sim, com o apoio de vários deputados estaduais e federais, bem como dos prefeitos daquela região.

Mas o nosso apelo também, se sinalizarem essa reunião no Rio de Janeiro, que possamos, sim, ter representante dos trabalhadores, que estão na unidade de Itajaí, para participar dessa comitiva. A bancada do Partido dos Trabalhadores estará solicitando essa vaga para também estar junto nessa comitiva o representante dos trabalhadores.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Sra. deputada, nós aqui, em todos os nossos pronunciamentos, não procuramos culpados e nem acusamos ninguém, estamos apenas acusando uma atitude arbitrária da atual diretoria da Petrobras.

Ontem fiz questão de citar por várias vezes o nome de seu esposo, deputado federal Décio Lima, meu amigo, inclusive, citei a senadora Ideli Salvatti, que há época lutamos juntos. E, hoje, desta tribuna falei das conquistas que tivemos no passado, e citei novamente que o meu amigo deputado Décio Lima e a ex-senadora Ideli Salvatti, e diz que não tem cor partidária.

Então, não procuramos culpados e não aceitamos que cite o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, porque o momento é Dilma Rousseff.

(Manifestações das galerias)

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero dizer que essa luta é daquela época já, deputado Leonel Pavan, que estávamos juntos lá e vamos estar juntos nessa aqui. A garantia é isso!

Mas eu peço a v.exa. e aos srs. deputados, que hoje aqui nós temos várias mulheres neste plenário, e queremos o voto dos srs. para a

derrubada do veto ao Observatório da Violência Contra a Mulher.

Se faz presente nesta Casa, sr. presidente, várias pessoas, entre elas, a coordenadora estadual da Mulher, a sra. Célia Fernandes; a coordenadora municipal da Mulher, sra. Dalva; representante do conselho estadual da Mulher e várias outras entidades representativas.

E, simbolicamente, a mãe de uma menina, Kênia Rosa Santos, a sra. Rosemeri, que perdeu a sua filha assassinada no ano de 2011 e até o momento está na luta das mulheres para acabar com a violência contra a mulher no estado de Santa Catarina.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao Bloco Frente Renovação, composto pelos partidos PSB, PR e PPS.

(Pausa)

Não havendo deputados do Bloco Frente Renovação que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos pertencem ao PDT.

(Pausa)

Não havendo deputados do PDT que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos pertencem ao Bloco Social Progressista.

Com a palavra deputado Dr. Vicente Caropreso, representando o PP e o PSDB, por até 12 minutos, que serão divididos com o PP.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Sr. presidente, sras e srs. parlamentares, pessoas que estão nos ouvindo. Hoje, venho à tribuna, sr. presidente, motivado por uma entrevista do sr. Harry Schmelzer Júnior, presidente da WEG, que disse: "Weg hoje em dia é sinônimo de alto desempenho para a economia nacional."

Há pouco saímos de uma reunião no Sesc Cacupé a respeito dessa grande campanha institucional que a Assembleia Legislativa está promovendo, juntamente com o governo do estado e com outras

entidades, para debater sobre esse estado de desânimo generalizado colocado pela imprensa. Parece que querem vender a coisa para dar errado mesmo! Apesar da crise, apesar das dificuldades, há situações em que, justamente na crise, encontramos meios de superá-la e encontrar uma solução criativa para solucionar esse grande problema que o Brasil hoje enfrenta com a falta de credibilidade externa e com a redução do crescimento na grande maioria do país.

Fala o sr. Harry Schmelzer Júnior, e aqui quero parabenizar, não apenas ele, mas toda a diretoria pela trajetória da WEG, que hoje não é apenas uma empresa nacional, é uma empresa multinacional, instalada em vários países que atua fortemente na educação, nos hospitais, provendo vários hospitais de Santa Catarina de inovação tecnológica, de aparelhamento, de investimentos em instalações, como nos hospitais de Jaraguá, onde realmente temos outra realidade.

Os empresários, por sorte nossa que tivemos, mantiveram toda a cadeia familiar e grande parte das indústrias de Jaraguá do Sul é comandada por pessoas que vivem em Jaraguá do Sul, que pertencem a Jaraguá do Sul. Isso é diferente, por exemplo, com muitas cidades que perderam o controle dessas empresas e o recurso é enviado para o exterior ou para outras partes do país. Em Jaraguá do Sul, vivemos uma realidade diferente com investimento forte na comunidade seja na educação, no esporte, nos hospitais, enfim, até em infraestrutura.

Então venho aqui, em nome do Parlamento Catarinense, parabenizar esse tipo de iniciativa ao invés de esperar o Brasil que em muitos setores e muito por causa do governo pelo excesso de imposto está dando errado, eles apostaram no exterior, e grande parte da WEG hoje é encaminhada ao exterior com melhora da nossa Balança Comercial.

É assim que o Brasil tem que ir. O Brasil não pode se escorar no desânimo, não pode ficar atento apenas às coisas que não dão certo, como a redução do crédito, por exemplo, para aquisição de um imóvel, e que hoje vimos em quase todas as

notícias da Rede Globo, nos jornais, que diziam realmente para a turma: não gastem; não apliquem, não invistam.

Acho que é este o momento que temos que mais incentivar para que todos possam se beneficiar deste estado ruim que passa a economia brasileira. Este cenário, temos que mudar! E é justamente este tipo de atitude que tomou a Assembleia Legislativa, que reforça o poder do nosso Poder Legislativo para que possamos veicular em todos os cantos que temos condições, sim, de resolver por nossa conta e não no berro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Deputado Dr. Vicente Caropreso, um momento, por favor.

Solicito à plateia respeito para ouvirmos o deputado, até porque estamos ouvindo atentamente o que a plateia disse.

Solicito silêncio para que o eminente deputado Dr. Vicente Caropreso termine o seu pronunciamento. Por gentileza, vamos ouvir a conclusão do pronunciamento.

Com a palavra o deputado Dr. Vicente Caropreso.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO -
(Passa a ler.)

"Então, capaz de superar o desaquecimento da economia interna, aumentando a produção e vendas no exterior, essa indústria catarinense teve início em Jaraguá do Sul, há 54 anos, hoje é uma global *player*, com mais de trinta mil colaboradores e um faturamento anual de R\$ 7,8 bilhões, crescendo 15% ao ano, em média, e contribuindo enormemente com a economia do país.

Sem dúvida, essa é uma empresa que pode servir de exemplo de boa administração e gestão. Por esse motivo, estou aqui para parabenizar a WEG, sua diretoria e seus colaboradores pelo dinamismo, pela pujança que são motivos de orgulho para todos nós, catarinenses."

Obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) -
(Manifestações das galerias)

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista, formado pelo PP e PSDB.

(Pausa)

Na ausência de representantes do Bloco Progressista, esta Presidência, suspende a presente sessão até as 16h, quando iniciaremos a Ordem do Dia.

Esta suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

As mensagens de veto não serão deliberadas hoje.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0203/2014, de autoria do deputado Darci de Matos, que denomina Luiz Carlos Perin o Centro de Formação de Agricultores e Pescadores do Litoral Norte Catarinense (CETREVILLE), no município de Joinville.

Conta com parecer das comissões de Constituição e Justiça e de Pesca e Aquicultura.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0261/2015 e 0262/2015, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0263/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0265/2015, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0266/2015, 0267/2015, 0268/2015, 0269/2015, 0271/2015, 0272/2015, 0273/2015 e 0274/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro; 0270/2015, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0275/2015, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso; 0276/2015, 0277/2015 e 0278/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 0279/2015, de

autoria do deputado Ismael dos Santos; 0280/2015, de autoria do deputado Cesar Valduga; 0281/2015, 0282/2015 e 0283/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0286/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto; 0287/2015 e 0294/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro; 0288/2015 e 0289/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0290/2015, de autoria do deputado Valmir Comin; 0291/2015 e 0297/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0292/2015, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0293/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0295/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 0296/2015, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0299/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0300/2015, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0301/2015, de autoria do deputado Mario Marcondes; e 0302/2015, de autoria do deputado Valdir Cobalchini.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário as seguintes proposições:

Requerimento n. 0298/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, a ser enviado ao prefeito municipal de Florianópolis, sugerindo que seja determinada a retirada das tachas e tachões da avenida Eng. Max de Souza, bairro Coqueiros, em conformidade com o que estabelece o art. 2º, parágrafo único, da Resolução n. 336/2009, do Contran.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0044/2015, de autoria do deputado José Milton Scheffer, a ser enviada a reitora da UFSC e demais autoridades, solicitando estudos e esforços, objetivando a realização dos Atos de Polícia Judiciária de Prevenção Federal, por meio

da intensificação do efetivo do policiamento ostensivo no interior do Campus da UFSC.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0045/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro, a ser enviada ao ministro-chefe da Casa Civil e demais autoridades, apelando pela melhoria na prestação de serviços de telefonia fixa, móvel e de *internet*, no município de Tangará e região do meio-oeste do estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0046/2015, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviada a irmã Sandra Pedrinha Zanotto, manifestando aplauso pela trajetória e pelos trabalhos prestados nos últimos 24 anos, no corpo funcional do Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen, no município de Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0090/2015, de autoria do sr. deputado José Nei Ascari, a ser enviado ao secretário de estado da Educação, acerca das obras de construção do novo prédio da Escola Básica Coronel José Maurício dos Santos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0092/2015, de autoria do sr. deputado Serafim Venzon, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca do custo mensal de cada uma das 36 SDRs, no período compreendido entre janeiro de 2011 e março de 2015.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0093/2015, de autoria do sr. deputado João Amin, a ser enviado ao governador e ao secretário de estado da Segurança Pública, solicitando informações acerca do processo administrativo que apura a participação do policial militar Luiz Brentano na morte do atleta Ricardo dos Santos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0094/2015, de autoria do sr. deputado José Nei Ascari, a ser enviado ao secretário de estado da Educação, solicitando informação acerca das obras de reforma da Escola de Educação Básica Professora Gracinda Augusta Machado, no município de Imbituba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0095/2015, de autoria do sr. deputado José Nei Ascari, a ser enviado ao secretário de estado da Educação, solicitando informações acerca das obras de reforma da Escola Básica Ana Gondin, no município de Laguna.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0096/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado e ao Deinfra, solicitando informações acerca do cronograma das obras das rodovias SC-108 e SC-413 e da rodovia que liga Vila Itoupava, em Blumenau, à Pomerode.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Passaremos às Explicações Pessoais.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Vários grupos de movimentos de mulheres estiveram aqui no dia de hoje e quero mencioná-los: Associação de

Pessoas Portadoras de Câncer, sra. Maria Antônia; Instituto Estudo de Gênero, sra. Carmem Ramos; Rede Feminista de Saúde, sra. Paula; Casa da Mulher Catarina, sra. Vera; União Brasileira das Mulheres, sra. Simone Colatto; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas, Sra. Juci; OAB Mulheres, Dra. Sílvia Tomelin; Núcleo Estudos de Gênero, Professora Teresa Kleba; Acontece Arte e Política, do Grupo LGBT, Sra. Carla Ayres, e também o Fórum Mulheres Catarinenses, aqui representada pela Valéria, que vieram a esta Casa para apreciar a derrubada do veto do observatório, e para isso contamos com v.exa. também. Esperamos apreciar esta matéria no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está feito o registro.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos. Antes, porém, passo a condução dos trabalhos ao deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital Alesc, senhores e senhoras trabalhadoras que estão hoje acompanhando a sessão e, com certeza, na expectativa, como a liderança de mulheres, deputada Ana Paula Lima, da derrubada do veto, que traz aqui mais dignidade e respeito às mulheres. Também queria referir-me aos trabalhadores da Petrobras, que cobram a permanência da empresa aqui em nosso estado, que tem o nosso apoio nessa luta por essa importante empresa do Brasil no mundo, que tem a sua presença aqui no estado. Apesar de muitos entenderem que ela deveria ser entregue, privatizada, sempre a defendemos como uma empresa pública.

Então, quero registrar, também, essas presenças e registrar que hoje pela manhã estivemos acompanhando uma grande mobilização em Chapecó, junto com a nossa líder da bancada, Luciane Carminatti, num conjunto de centrais sindicais que fizeram uma grande mobilização do Movimento Pela Vida, das condições de trabalho, dos trabalhadores e trabalhadoras que tem o lema: "Trabalho para dignificar o ser humano, não

trabalho para matar." Chamando a atenção para os acidentes de trabalho, para os problemas de excesso de pressão, de assédio moral que os trabalhadores sofrem no nosso estado. E nós temos acompanhado, lamentavelmente, muitos trabalhadores jovens adoecendo e não conseguindo mais trabalhar. Por isso, esse movimento que hoje fez uma grande mobilização, com uma passeata na cidade de Chapecó e na praça.

Então, cumprimento todos e especialmente o deputado Neodi Saretta, que também conduz aqui uma frente parlamentar. Nós recebemos um documento para, em nome da nossa bancada, dos nossos deputados, deste Parlamento, continuar essa luta do trabalho digno no nosso estado. Nós temos um estado extraordinário, maravilhoso, que tem um povo trabalhador, mas também um povo que se organiza, que exige os seus direitos.

Um povo que vai para a greve se for preciso em defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras, especialmente aqui, hoje, que vem aqui os trabalhadores e as trabalhadoras da Educação.

(Manifestações das galerias)

Eu quero dizer que o governador Raimundo Colombo e o secretário Deschamps precisam olhar para essa categoria. Não é possível que continuem de costas para a categoria do Magistério.

Ontem estivemos discutindo a Segurança Pública no município de Caibi, onde os trabalhadores da Polícia Civil também colocaram o caos do setor, o abandono da apuração de crimes em nosso estado. Lamentavelmente, esse estado maravilhoso, que está em primeiro lugar em vários produtos em termos de produção, está vivendo um momento drástico em termos de políticas públicas. Precisamos urgentemente tomar providências no fortalecimento do estado catarinense porque a nossa sociedade vem penando por falta de Segurança Pública, de investimentos na Educação e na Infraestrutura.

Nós estamos aqui fazendo um apelo ao secretário da Educação, ao sr. governador, para abrirem, de fato, um canal de negociação sério, que não seja de faz de conta, para dar fim, sim, a essa greve, mas não forma forçada, de perseguição,

mas por um processo negociado com os nossos professores, sem pressão, sem violência, para os trabalhadores voltarem ao trabalho. Nós queremos que os professores voltem numa condição digna de respeito para que este estado continue crescendo, desenvolvendo-se e melhorando a vida do seu povo, especialmente dos nossos pequenos catarinenses que vão construir esse estado para o futuro.

(Manifestações das galerias)

Sem educação de qualidade, sem respeito ao professor, com certeza, o nosso estado estará comprometido com o seu futuro.

Por isso, sr. governador, se o secretário não tem mais condições de negociar - e acredito que pelo que ele fez não há mais condições - volte a negociar.

(Manifestações das galerias)

O governador, sr. presidente, precisa assumir a responsabilidade se quiser governar este estado pelo próximo período, até terminar o seu mandato, senão, a nossa Educação, com certeza, deteriorar-se-á, e os pais, os alunos e toda a população vai perder com isso.

Por isso, é esse o nosso apelo, o nosso pedido desta tribuna, para que possamos construir um acordo, nesta semana, para que na semana que vem os trabalhadores possam voltar ao seu trabalho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerra a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, à noite, às 19h, em comemoração aos 30 anos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

Está encerrada a sessão.

